

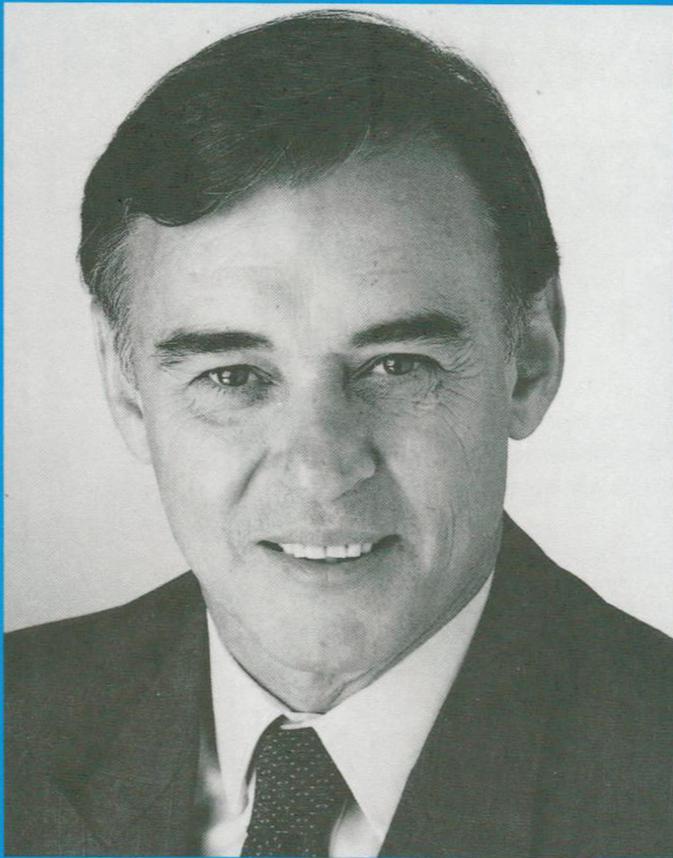


CÂMARA DOS DEPUTADOS

AROLDE DE OLIVEIRA

DEPUTADO FEDERAL

ATIVIDADES PARLAMENTARES



"Dirige os meus passos nos teus caminhos, para que as minhas pegadas não vacilem"

SAL, 17:5

BRASÍLIA — 1992



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATIVIDADES PARLAMENTARES

*Pronunciamentos, Projetos de Lei
e outras atividades desenvolvidas
pelo Deputado Federal Arolde de
Oliveira, em 1991.*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 1992**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
49ª Legislatura — 1ª Sessão Legislativa
SÉRIE
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
Nº 127/91

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| PRONUNCIAMENTOS | |
| – Deus seja louvado..... | 9 |
| – Septuagésimo aniversário da GE | 10 |
| – Pró ou contra (verdade sobre a proposta de emenda para manutenção da Embratel) | 11 |
| – Moeda com a inscrição “Deus seja louvado” | 13 |
| – Contra o aumento do número de deputados federais..... | 14 |
| – Preservação do equilíbrio ambiental | 15 |
| – Celebrando Deus com o planeta Terra..... | 15 |
| – Telefonia: a saída da crise..... | 17 |
| – Acordo com a Santa Sé..... | 18 |
| – Rio tenta a sorte em cada esquina..... | 20 |
| – Saudação à memória de Martinho Lutero | 22 |
| ATUAÇÃO LEGISLATIVA | |
| – Participação em comissões..... | 25 |
| – Projetos de Lei apresentados..... | 25 |
| – Projetos de Lei relatados..... | 26 |
| – Solicitações ao Executivo..... | 27 |
| ATIVIDADES NO ESTADO..... | 30 |
| DADOS PESSOAIS..... | 32 |

APRESENTAÇÃO

Faz oito anos que eu encerrei a apresentação de um folheto como este, referente à Sessão Legislativa de 1983, com a seguinte afirmação:

“Finalmente, desejo reafirmar a minha convicção de que a via política, norteadada em princípios éticos e trilhada conforme os valores morais, constitui o caminho mais seguro para superarmos, com menores sacrifícios, a difícil quadra que atravessamos.”

Hoje vejo com tristeza e uma forte dose de frustração que, embora a democracia representativa tenha evoluído, o caminho percorrido não levou em conta, muito pelo contrário, mesmo, os princípios éticos e os valores morais, e que o povo brasileiro agravou sua situação de penúria em relação àquela época. A nação vive uma quadra muito mais difícil, a injustiça social tornou-se insuportável, a impunidade continua a estimular o crime, a violência, a imoralidade e a corrupção, e a apatia tomou conta da sociedade gerando descrédito generalizado nos representantes do povo e nas autoridades constituídas.

Pessoalmente, contudo, eu cresci muito, tanto espiritualmente quanto politicamente, mantendo-me firme nas minhas convicções e na defesa das minhas idéias. Avalio meu desempenho pelo crescente número de votos nas três eleições de que participei, pelo caminho e respeito que as pessoas e lideranças de todos os segmentos me dispensam, principalmente nas comunidades mais carentes do nosso estado, e pelo envolvimento, cada vez maior, do meu escritório comunitário com os problemas e soluções, sejam individuais, sejam coletivos, dos cariocas e fluminenses.

Estes aspectos, mais do que motivo de satisfação pessoal, servem para me fortalecer na crença de que Deus tem um plano de grandeza para o nosso país e para a nossa gente, e que devo, como devemos todos, prosseguir fazendo a minha parte, por pequena que seja, com garra, com respeito, com esperança e, mais importante, com amor.

Ao apresentar este resumo das minhas atividades parlamentares em 1991, quero que você o entenda como uma prestação de contas, que é o mínimo de atenção que eu devo a você como cidadão do meu estado e, eventualmente, como meu eleitor. Agradeço a Deus o privilégio de poder dirigir-me a você nestes termos. Com esperança vamos continuar lutando juntos e unidos pelo amor e pela solidariedade cristã.

AROLDE DE OLIVEIRA

PRONUNCIAMENTOS

O parlamentar dirige-se à nação através da tribuna da Câmara dos Deputados, quando se manifesta nas discussões, debates e encaminhamentos de matérias em apreciação, ou faz pronunciamentos sobre assuntos julgados de interesse. A seguir transcrevo alguns pronunciamentos:

DEUS SEJA LOUVADO

Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados, estamos assistindo às decisões do Banco Central na área econômica no que se refere à instituição de novas cédulas de um mil e de cinco mil cruzeiros, das quais foi suprimida uma expressão muito importante, que desde 1985 constava em todas elas: “Deus seja louvado”. Parece-me que a supressão foi feita na cédula de cinco mil cruzeiros.

Hoje, pela manhã, na sessão rotineira da Comissão de Finanças e Tributação, fizemos um apelo à Mesa para que encaminhasse requerimento à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, a fim de que tal decisão não permaneça, a de suprimir a frase.

Como V. Ex^a e os demais colegas sabem, somos um país cristão. Tivemos, inclusive, na época da Assembléia Nacional Constituinte, uma grande polêmica com relação ao preâmbulo da Constituição, ficando decidido que os nossos trabalhos sempre seriam iniciados com a expressão “sob a proteção de Deus”.

Por este motivo quero fazer um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, e à Presidência da República, para que considerem a necessidade de recolocar nas novas cédulas a frase “Deus seja louvado”, o que se configura muito importante para toda a Nação brasileira. Muito obrigado.

SEPTUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA GENERAL ELETRIC DO BRASIL

Senhor Presidente, ilustres colegas, com alegria assumo esta tribuna para fazer um registro muito especial. A General Electric do Brasil está completando 70 anos de operação em nosso país, e supre hoje importantes segmentos de nossas necessidades industriais. Seus 7.000 trabalhadores produzem desde lâmpadas de iluminação, presentes em todos os lares brasileiros, até locomotivas da mais alta qualidade, passando por produtos intermediários como medidores elétricos, disjuntores, equipamentos de proteção, além de motores e geradores de médio e grande portes.

Desde 1919, quando foi fundada e iniciou suas atividades no País, investe regularmente em plantas industriais situadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco e em Minas Gerais.

No corrente ano investiu vinte milhões de dólares e um montante de trinta milhões está previsto para o ano que vem.

Senhor Presidente, ilustres colegas, esta seqüência de iniciativas de grande importância, demonstra o pioneirismo, a seriedade, e a confiança da General Electric no mercado brasileiro através dos tempos.

Na área de locomotivas, em particular, a empresa trouxe sua tecnologia, seus recursos e seu entusiasmo, e começou a produção em 1966 em Campinas — SP, tendo atingido a marca de cerca de mil unidades nestes últimos 23 anos, fornecidas para Rede Ferroviária Federal, para a Fepasa e para a Vale do Rio Doce, além de 134 locomotivas industriais para diversos clientes, e de 167 exportadas para 14 países.

A General Electric do Brasil tem, também, feito um grande esforço para aumentar as exportações, que serão de 65 milhões de dólares neste ano e 85 milhões no próximo ano. Desses totais, cerca de 50% é constituído por motores de grande porte fabricados em Campinas e destinados aos Estados Unidos, à Coréia, à China, ao Japão e ao Canadá, entre outros países, o que comprova a qualidade e competitividade de produto.

Senhor Presidente, antes de finalizar esta homenagem aos dirigentes e funcionários, do presente e do passado da General Electric, quero reafirmar nossa admiração pela tenacidade e confiança com que a empresa enfrenta a crise presente, pois, não obstante conte com uma

capacidade instalada para produzir 150 locomotivas por ano, a média dos últimos três anos não ultrapassa a sete unidades. Apesar disso não desiste e, com grande sacrifício mantém uma estrutura técnica altamente qualificada, aguardando o momento da recuperação inevitável e essencial para o desenvolvimento deste país continental.

Com este registro integro-me às homenagens merecidas que vêm sendo prestadas à General Electric do Brasil, quando completa 70 anos de atividades produtivas na nossa Pátria. Parabéns. Muito obrigado.

PRÓ OU CONTRA

A verdade sobre a proposta de emenda para manutenção da Embratel

Senhor Presidente, colegas Deputados e Deputadas, desejo, inicialmente, manifestar o meu entusiasmo pela reestruturação do setor de telecomunicações proposta no art. 12, inciso I, da Medida Provisória nº 151, que determina a regionalização das Empresas-Pólo do Sistema Telebrás.

Acredito, contudo, que o alcance técnico-operacional da medida fica incompleto, e até mesmo incoerente, no seu objetivo maior, se não alcançar as empresas de âmbito nacional, Embratel e Telebrás.

Com vistas a aperfeiçoar o projeto do Executivo, apresentei emenda ao art. 12, inciso I, da Medida Provisória nº 151 com o seguinte teor:

“A unificação das empresas integrante do sistema TELEBRÁS — Telecomunicações Brasileiras S.A., de modo a reduzir para uma empresa de âmbito nacional e sete empresas de âmbito regional as atualmente existentes, observando o disposto no parágrafo único do art. 10 para as empresas regionais.”

Senhor Presidente, caros colegas, justifico minha proposta lembrando que as funções originais da Telebrás eram de funcionar como empresas holding do sistema e de coordenação do seu planejamento integrado, as quais foram ampliadas para áreas operacionais ao longo do tempo.

A Embratel, por seu turno, é uma empresa de âmbito nacional

com atribuições operacionais dos sistemas de longa distância (interestaduais), nacionais e internacionais.

A regionalização proposta esvazia o conceito de tráfego interestadual atribuído à Embratel, uma vez que a maioria das empresas regionais (cinco) operará tráfego entre as redes estaduais de suas respectivas áreas de atuação.

Depreende-se, pela lógica, que a Embratel deverá transferir seu sistema terrestre nacional para as empresas regionais, o mesmo devendo ocorrer com serviços de telex, comunicação de dados etc.

Assim a emenda propõe que a Telebrás e a Embratel sejam unificadas em uma empresa nacional sem a responsabilidade de prestação de serviços, nem de operação e manutenção dos sistemas de longa distância terrestre, ficando, basicamente, com as seguintes atribuições:

- operação, manutenção e expansão das portas de escoamento do tráfego internacional (via satélite e via cabos submarinos), bem como o estabelecimento de acordos bidirecionais com países limítrofes para os sistemas terrestres;

- operação, manutenção e expansão do segmento espacial do sistema doméstico de telecomunicações por satélite;

- planejamento integrado do sistema de telecomunicações nacionais e internacionais;

- empresa holding representante da União e acionista controladora das empresas regionais.

Vale informar que a unificação proposta não gerará custos relativos ao exercício do direito de retiradas de acionistas, uma vez que a Embratel ainda não abriu seu capital ao público.

Senhor Presidente, sem dúvidas, que a proposta do Governo, complementada pela emenda que proponho, apresenta inúmeras vantagens técnico-operacionais sobre o atual modelo operacional do setor de telecomunicações, mas ousou afirmar que é uma solução intermediária, o ideal no meu entender seria a unificação de todas as empresas do sistema Telebrás em uma única empresa de âmbito nacional. Assim funcionam a ECT e o Banco do Brasil, entre outras.

Senhor Presidente, ilustres colegas, vou além, sugerindo que a empresa, única resultante, restaure o sentido de unidade da Embratel, pelo aproveitamento de sua denominação e toda a carga positiva de tradição e história que a ela está associada. Muito obrigado.

MOEDA COM A INSCRIÇÃO “DEUS SEJA LOUVADO”

Senhor Presidente, colegas Congressistas, nesta data estou encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição da frase “Deus seja louvado” em todo papel-moeda e moeda metálica em circulação. Busco, através do projeto de lei, institucionalizar o que foi praticado espontaneamente até o início do atual Governo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, desejo, também, fazer um registro da mais alta importância: a Imprensa Bíblica Brasileira, pioneira na publicação de Bíblias no Brasil, desde 1940, está comemorando seu cinquentenário com a expressiva marca de mais de oito milhões de bíblias impressas e distribuídas no País.

Nestes dias em que a violência e a imoralidade, em nome da liberdade de imprensa e da criatividade artística, invadem os lares dos brasileiros, numa escalada sem precedentes em nossa história, através de todos os meios de comunicação, temos que agradecer a Deus pela bênção da Imprensa Bíblica Brasileira. Constitui-se em verdadeira cidadela contra as mensagens televisivas, radiofônicas e impressas que atentam diuturnamente, contra os valores éticos e morais do nosso povo, numa conspiração diabólica que atinge os fundamentos da instituição familiar.

Damos graças a Deus por essa instituição que durante meio século vem difundindo entre nós a palavra de Deus com sua mensagem de amor, que se opõe ortogonalmente aos desvios manifestos de nosso tempo, consolam, regeneram e libertando para a vida eterna a tantos quantos tomem conhecimento do seu conteúdo e creiam na sua verdade absoluta.

Ao fazermos esse registro prestamos nossas homenagens à instituição que no cumprimento dos seus santos objetivos, nega, peremptoriamente, as manifestações maldosas que vez por outra se abatem sobre o povo evangélico, e reafirmam os princípios que devem nortear o exercício da liberdade.

Nossas homenagens, também, a todos os batistas do Brasil que mantêm a Junta de Educação Religiosa e Publicações, à qual se integra a Imprensa Bíblica Brasileira. Que Deus os abençoe.

Muito obrigado.

CONTRA O AUMENTO DO NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o noticiário da imprensa tem atribuído aos nossos líderes partidários a idéia de colocar em votação o projeto de lei complementar que amplia o número de cadeiras na Casa.

Trata-se da regulamentação do art. 45 da Constituição, que diz, no seu § 1º:

“O número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de 70 deputados.”

Está muito claro, nessa disposição constitucional, que essa regulamentação será feita por lei complementar, isto é, com o **quorum** qualificado, maioria absoluta com um voto nominal e no ano anterior às eleições.

Como não teremos eleição no ano que vem para deputado federal, evidentemente só daqui a três anos esse artigo poderá ser regulamentado. A idéia de fazer a ampliação do número de cadeiras agora será um desrespeito à opinião pública e aos eleitores, e uma falta de sensibilidade para entender a lição que as urnas nos deram nesta última eleição, momento em que o povo se manifestou, protestando contra as classes políticas por estas e por outras razões, e por casuísmos como este.

Apelo para a Mesa, Senhor Presidente, no sentido de que não permita a inclusão dessa proposta na pauta de nossos trabalhos. Manifesto minha indignação, se é mesmo verdade que líderes partidários estão tentando apreciar matéria de tal teor, para desgastar ainda mais a imagem, já tão desgastada e combalida, desta Casa.

É tempo de austeridade, de sobriedade. Vamos embarcar na canoa não de aumentar despesas, não de montar essas maracutaias, para usar uma expressão muito comum nesta Casa, mas para reduzir o nú-

mero de deputados na Câmara. Este seria o caminho mais correto. Não aumentá-lo, depois de uma eleição já realizada, apenas para beneficiar uns e outros. Quero dizer que se essa matéria vier à votação vou encaminhar contra, porque se trata de um desrespeito ao eleitorado brasileiro. Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO AMBIENTAL

Senhor Presidente, gostaria apenas de encaminhar um projeto de lei à Mesa.

Senhor Presidente, em julho de 1992 será realizada, no Rio de Janeiro, a II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente. A Constituição prevê que a legislação sobre a natureza, de modo geral, está a cargo da União. E com o objetivo de procedermos à consolidação dessa legislação, estou encaminhando à Mesa projeto de lei que visa a criação de um código de preservação do equilíbrio ecológico e ambiental. Se ainda assim a legislação estiver completa a nível da União, outra poderá ser incorporada no sentido de orientar, inclusive, a legislação dos estados e municípios.

Senhor Presidente, queria também registrar que encaminhei, na sessão de ontem, requerimento solicitando o desarquivamento de três projetos de lei: o primeiro, diz respeito à inscrição obrigatória nas cédulas brasileiras da frase: “Deus seja louvado”, conforme chegou a ser feito durante um período, a fim de que o Ministério da Economia seja orientado nesse sentido; o segundo, trata da amarração dos tetos dos aluguéis justamente ao preço do valor venal, calculado pelo IPTU nas diversas localidades; o terceiro, refere-se à definição das áreas conurbadas no que diz respeito ao uso do vale-idoso de transporte.

Muito obrigado.

CELEBRANDO DEUS COM O PLANETA TERRA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho em mãos o programa “Celebrando Deus com o planeta Terra”, um desafio para a comunidade Cristã na oportunidade em que a Organização das Nações Unidas promove a II Conferência sobre Meio Ambiente e De-

envolvimento, que será realizada no Rio de Janeiro, no mês de junho do próximo ano.

Os eventos principais do “celebrando” terão lugar no final deste ano e no primeiro semestre do próximo ano, quando inúmeros encontros estarão acontecendo em todo o Brasil, chamando a atenção para o universalismo do tema, porque terão caráter internacional, qual seja a importância da preservação do nosso planeta.

Em face da importância científica, política e histórica da conferência programada pela ONU, torna-se necessária uma manifestação objetiva por parte do povo evangélico sobre a obra da Criação. Um dos mais importantes aspectos desse evento é a cosmovisão do próprio evento, isto porque partimos do pressuposto bíblico de que “no princípio Deus criou o céu e a terra”. A abordagem feita pela grande maioria dos cientistas e militantes envolvidos na discussão do Meio Ambiente e Desenvolvimento tem sido claramente humanista e materialista, baseada unicamente no princípio da sobrevivência material do homem. E, nós, evangélicos, queremos apresentar, na oportunidade do encontro, a nossa visão evangélica de que Deus criou tudo o que existe e está acima de todas as coisas. Enviou a nós o Seu filho, a chave para uma vida além desta, isto é, para a vida aterna.

Queremos registrar que o programa está sendo desenvolvido com a participação de todas as lideranças evangélicas do Brasil, de forma supradenominacional, e haverá de mobilizar, através de uma série de eventos em todas as áreas, durante o segundo semestre deste ano e o primeiro semestre do próximo ano, toda a comunidade evangélica, que hoje abrange mais de 20 milhões de brasileiros. No final dos eventos, ocorrerão grandes concentrações no Rio de Janeiro, com um único objetivo: anunciar para o Rio de Janeiro, para o Brasil e para o mundo que, acima da natureza, está o Senhor de todos os senhores; que a Deus pertence a obra da Criação. Estaremos anunciando, também, que só Jesus Cristo é a Salvação, é a chave para a vida eterna.

Deixo este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na certeza de que outras vezes viremos aqui anunciar o que estaremos fazendo durante os próximos quatorze meses. Muito obrigado.

TELEFONIA: A SAÍDA DA CRISE

Os serviços públicos de telecomunicações, em particular a telefonia, estão a beira de um colapso somente imaginado por quem viveu na década de 60. Os valores irrealistas e irrisórios das tarifas praticados na época, tornaram o sistema existente inoperante pela falta de recursos para a manutenção e a expansão, e ao congestionamento causado pelos baixos preços. Havia quem contratasse pessoal, exclusivamente, para ficar aguardando o ruído de discar nos aparelhos telefônicos. Obtida a linha, após longa espera, a mágica seguinte era encontrar o assinante desejado com o telefone no gancho. Hipótese improvável, normalmente estavam todos esperando linha.

Podem parecer que estamos muito longe daquela situação caótica. Porém a convergência tecnológica faz com que os modernos serviços de comunicação de dados, telefonia celular, correio eletrônico, fac-símile, telepoint etc., sejam prestados sobre a mesma estrutura do sistema telefônico, cuja sobrecarga aumenta a degradação dos índices de desempenho e acentua as suas conseqüências.

A causa original de tudo foi a falta de recursos para investimento. A inflação, associada a uma estrutura tarifária inadequada, correu os valores cobrados pelo serviço e a participação do promitente usuário no autofinanciamento. A saída foi apelar para o endividamento e para o lançamento de planos de expansão. Pelo menos um terço do custo médio de um terminal telefônico (hoje 4.500 dólares) pode ser atribuído aos encargos dessa dívida. E mais, o valor pago pelo futuro assinante não dá para cobrir, via de regra, a metade do custo de implantação do terminal. Resultado, para cada dois carnês vendidos apenas um telefone tem chance de ser entregue no prazo.

Aliás, o lançamento de planos de expansão passou a funcionar como fonte de dinheiro barato para equilibrar os orçamentos operacionais das concessionárias e amortizar seus empréstimos bancários. Os novos credores, sendo pulverizados entre milhares de promitentes usuários, são impotentes para executar a dívida. Como conseqüência, existem hoje mais de um milhão de terminais telefônicos, dos quais quinhentos mil com prazos de instalação vencidos, número que aumenta a cada dia que passa.

Por outro lado, o baixo valor das tarifas conduz ao desperdício

no uso dos serviços, ocasionando insuperáveis congestionamentos nas horas de maior movimento. Isto com recessão e tudo, imaginem se vivêssemos dias de prosperidade. Na verdade, a experiência internacional mostra que o modelo brasileiro está invertido. Nós elitizamos o acesso ao sistema telefônico, obrigando o assinante a participar pesado no custo do terminal, e popularizamos o consumo dos serviços, praticando tarifas paternalistas. O correto é democratizar o acesso e racionalizar consumo dos serviços através de uma política tarifária moderna e realista, capaz de cobrir os custos operacionais, inclusive de depreciação, e formar fundos para investimento. Ou seja, quem tem telefone pode pagar tarifas reais e a Telebrás precisa deixar de vender terminais e passar a prestar serviços de telefonia.

Resumindo, o problema do setor de Telecomunicações é a falta de dinheiro. Não sendo recomendável aumentar o endividamento nem prudente lançar novos planos de expansão, enquanto a inadimplência não estiver resolvida, resta a única, legítima e suficiente fonte que é a receita operacional através de tarifas adequadas. O momento de mudanças e desregulamentação que experimentamos é muito propício a correção da estrutura das tarifas e a recuperação dos seu valores. Inclusive a extinção do autofinanciamento pode ser adotada simultaneamente. Trata-se, apenas, de uma questão de vontade política, uma vez que o impacto inflacionário será compensado, amplamente, pela redução de custo de produtividade de todas as atividades nacionais. Muito obrigado.

ACORDO COM A SANTA SÉ

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, assumo esta tribuna para fazer um registro e esternar um apelo. O registro diz respeito à matéria publicada na Gazeta Mercantil de São Paulo, no dia 7 do corrente mês, sob responsabilidade do jornalista José Casado, sob o título “Negocia-se um acordo com a Santa Sé”. Assim começa o artigo: “O Brasil e a Santa Sé começam a negociar um amplo acordo político formal para normatizar as relações entre o Estado e essa instituição milenar. As gestões envolvem, de um lado, os Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça e, de outro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que criou uma comissão específica”. Em outro trecho expõe parte do documento da CNBB: “Na ausência de normas ficou a Igreja,

até agora, mais ou menos na dependência de circunstâncias históricas, da capacidade de diálogo, da aceitação benevolente dos detentores do poder político e da jurisprudência dos magistrados. Mas, também, da intransigência, da ignorância histórica e jurídica, do fechamento (político) e da malevolência de outros”. Prossegue a notícia: “A expectativa na Igreja é que o Brasil e a Santa Sé firmem uma Convenção, se possível ainda este ano, durante a visita do Papa João Paulo II — que tenha abrangência sobre questões polêmicas, pendentes desde o período da Colônia. Para a Igreja, porém, o que houve foram decisões genéricas, já que abrangem todas as Igrejas e até religiões. Acha-se no direito a um status especial até por ser religião majoritária, no sentido sociológico”.

Senhor Presidente, caros colegas Deputados, com todo respeito à Igreja Católica Apostólica Romana, cujo significado histórico positivo em nosso País não escapa à minha consciência, preocupa-me, como evangélico, a articulação de um acordo que possa vir a ser firmado entre o Estado brasileiro e uma determinada denominação religiosa, seja ela majoritária ou minoritária. Tal ato, não importa qual seja o seu objeto, constituirá, no mínimo, uma discriminação, contrariando as amplas liberdades religiosas, inerentes à cultura brasileira e ratificadas no texto constitucional. É provável, Sr. Presidente, que alguns princípios exarados na Constituição devam até ser regulamentados, mas aqui no Congresso Nacional, onde a pluralidade do Brasil se espelha, e nunca através de acordos bilaterais que, sem dúvida, maculariam um princípio básico das liberdades individuais e coletivas, qual seja a não discriminação de qualquer natureza garantida na Constituição Federal.

O meu apelo, Sr. Presidente, faço-o ao Exm^o Sr. Presidente da República, em particular aos ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, no sentido de que, se alguma Convenção está sendo negociada com a Santa Sé, independente da legitimidade do seu mérito, seja ela sustada e encaminhada através deste Poder Legislativo, para o debate e a apreciação cabíveis, preservando, assim, a liberdade de crença, a não discriminação religiosa e a pluralidade natural da democracia brasileira. Os evangélicos entendem que o Estado e a Igreja devem ser claramente separados, um cuidando da dimensão material, física, do ser humano, através da política, o outro cuidando da sua dimensão transcendental, espiritual, através da fé, e ambos buscando a plenitude da liberdade para a completa realização do homem, o qual segundo nossa crença. Deus criou a sua imagem e semelhança.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

RIO TENTA A SORTE EM CADA ESQUINA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com base nos números apresentados pelo Jornal do Brasil na matéria “Rio tenta a sorte em cada esquina”, veiculada no dia 28 de agosto próximo passado, venha desta tribuna manifestar a minha profunda preocupação com o volume de adeptos e de dinheiro que movimentam diariamente a jogatina oficial e clandestina no Rio de Janeiro e, por que não dizer, em todo o nosso País.

Falo do Rio, em especial, por viver quase que diariamente a realidade daquela cidade. Lá o jogo está à disposição dos apostadores em cada esquina. Nas casas lotéricas e bancas de revistas, como revendedores oficiais, ou em botequins, camelôs, locadoras de vídeos e, pasmem os senhores, até em cemitérios. Onde houver um apostador em potencial, ali o jogo está.

Este fenômeno precisa ser analisado mais acuradamente, de acordo com os diversos aspectos que permeiam o seu escopo e dão sustentação a esta verdadeira febre nacional.

O primeiro fator a se analisar é o econômico. A jogatina, como um grande negócio, movimenta cerca de Cr\$4,5 bilhões por semana, somente no Estado do Rio. Deste valor, mais de 99% é arrecadado pelo Estado, nas mais diversas facetas do jogo oficializado. Somente aproximadamente 0,7% cabe ao chamado jogo clandestino. Daí a fúria governamental em criar, incentivar através da mídia e manter novas e engenhosas formas de jogo » para amealhar o suado e tão combalido cruzeiro nosso de cada dia.

Para se dimensionar o volume desta voracidade, basta lembrar que o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, mantém hoje à disposição dos apostadores os jogos da Sena; Loto; Loteria Federal; Loteria do Certo e do Errado — a Loteca; e a Raspadinha da Caixa — a Supertrevo, que, juntas, arrecadam semanalmente o montante aproximado de Cr\$1 bilhão, somente no Rio.

O Governo Estadual, através da Loterj, oferece a loteria estadual e três modalidades das chamadas Raspadinhas: a do Rio; a do Pote de Ouro e a do Baralho. Toda esta jogatina arrecada cerca de Cr\$3,498 bilhões a cada semana.

Mas, ironicamente, este dinheiro que vem da boa fé dos cidadãos

cariocas e fluminenses, não aparece em benefício da sua própria comunidade. O jogo alimenta aquilo que podemos chamar de um poço sem fundo, que se perde nos meandros da burocracia. Separando-se a pequena parcela destinada ao prêmio, o restante some como que num passe de mágica. Ninguém vê ou sabe para onde vai e, o que é pior, não há um controle transparente da sua aplicação.

Em segundo lugar, nesta análise, entra o aspecto sócio-cultural do problema. A jogatina no meu estado já se tornou tão desavergonhada que não é difícil ver estudantes menores deixando de se alimentar em suas escolas para poder gastar o dinheiro da merenda nas raspadinhas da vida. Outro exemplo bastante grave é o estampado pelo Jornal do Brasil, que faz uma entrevista com um pai que pessoalmente confessa adquirir bilhetes da raspadinha para compartilhar com seus filhos menores de 5 e 8 anos de idade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, isto é um absurdo! Atitudes como a deste pai têm contribuído para que a nossa sociedade seja corrompida pela febre do dinheiro fácil e o resultado é o vislumbre de uma nova geração de brasileiros desacostumados a ganhar o seu pão de cada dia com o fruto do seu trabalho, do seu suor. Creio que estamos cavando um buraco sem medidas para as futuras gerações brasileiras. Precisamos repensar, dentro do binômio custo-benefício, se esta voracidade pelo dinheiro fácil constituir-se-á, ou não, num tremendo prejuízo sócio-cultural, a médio e longo prazos.

Por último, cabe lembrar nesta análise o aspecto psicológico do jogo, que sempre teve no seu escopo a ilusão. O jogador é sempre iludido, arrisca o seu dinheiro contra milhões de probabilidades de quem banca. Para corroborar esta afirmação, recorro, mais uma vez, à matéria do Jornal do Brasil, que mostra que somente 1 a cada 15.590.700 apostadores acerta na Sena. Na Loto, somente 1 a cada 3.585.120. Na Loteca, 1 a cada 4.782.969. E na Raspadinha, 1 a cada 5.010.000. Veja que são proporções absurdamente favoráveis a quem banca o jogo e que assustam a quem desapaixonadamente as analisa.

Os psicanalistas dizem que a mola que impulsiona o jogo é a miséria. Sem discordar deste ponto de vista, quero reformulá-lo ou trazê-lo de modo inverso. Entendo que o jogo é uma das molas mestras que impulsiona a miséria que transcende o fator econômico, encontram abrigo no sócio-cultural e traz, como conseqüência, profundíssimas marcas no perfil psicológico do homem de nossa sociedade.

Nas palavras do psicanalista Luiz Alberto Py: “Jogar é consul-

tar o oráculo, perguntando. — Deus gosta de mim? Quando se ganha, sente-se o eleito, o predestinado. Quando se perde, o sentimento é de rejeição”. Embora entenda que o sentimento do homem que joga seja este desenhado pelo ilustre psicanalista, como Cristão, quero ressaltar que, do ponto de vista da vontade de Deus, não existe espaço para se auferir dinheiro fácil. A vontade do Criador é clara quando proclama ao primeiro homem e à sua descendência, que estes viveriam do suor do seu rosto, do fruto do seu trabalho.

Este pronunciamento é fruto de um misto de tristeza e de indignação com a realidade nele descrita. Mas, o meu sincero desejo é que sirva, também, de alerta para que nós, como legisladores, estejamos repensando esta triste verdade do nosso País.

O jogo pode vir pela miséria física, mas, com o passar do tempo, transforma-se na pior das misérias, a da essência do homem, da sua dignidade, da sua alma.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

SAUDAÇÃO À MEMÓRIA DE MARTINHO LUTERO

Senhor Presidente, colegas Parlamentares, Senhoras e Senhores, com grande alegria, pela honrosa tarefa que me foi outorgada pelo líder do Bloco Parlamentar desta Casa, Deputado Ricardo Fiúza, de saudar nesta sessão solene a figura histórica de Martinho Lutero, venho a esta tribuna na condição de evangélico e de político.

Como evangélico trago o entendimento da importância do pensamento e da ação reformista de Lutero na correta interpretação da Palavra de Deus, em particular do evangelho de Jesus Cristo, a partir das epístolas do apóstolo Paulo. Foram suas estas palavras: “Por fim eu comecei a entender a justiça de Deus como aquela pela qual o homem justo vive por dádiva de Deus, o que quer dizer, pela fé; e que a sentença — a justiça de Deus está revelada no Evangelho — é para ser entendida como: a misericórdia de Deus justifica pela fé. O homem justo deve viver pela fé. Com isso eu senti ter nascido outra vez, e ter entrado através da porta do Paraíso”.

Essa conclusão tornou-se a pedra angular do que viria a ser, em pouco menos de meio milênio, uma das três maiores unidades teológicas do Cristianismo, ao lado do Catolicismo Romano e da Ortodoxia

Oriental, e que projetaria profundas conseqüências nas convicções religiosas e no comportamento político, econômico e social dos povos do Ocidente.

Foi estabelecida, dessa forma, uma insuperável controvérsia em relação à doutrina teológica dominante, particularmente, com a prática da indulgência — comutação do pecado por dinheiro e obras materiais — conduzindo à fundação da reforma e do protestantismo no início do século XVI.

A partir da Alemanha o movimento assumiu rapidamente grandes proporções, também, na Suíça, liderado por Ulrich Zwingler, considerado o pai da reforma naquele país, irradiando-se, então, para o resto da Europa, para a América e para os demais países do Ocidente.

A ampla difusão popular, como característica marcante da reforma, constitui, inclusive, um ponto essencial de distinção em relação ao movimento renascentista.

Embora, ao se apoiar nos ensinamentos de Paulo e do Bispo Agostinho, buscasse, também, o resgate do passado, o movimento não se restringiu ao entendimento de alguns historiadores que o supõe como manifestação religiosa da Renascença.

Ultrapassou estes limites por força de sua vitalidade e dinamismo. E, diante das mudanças políticas na Europa e do desenvolvimento de novos interesses econômicos, determinou, afinal, uma ruptura mais violenta com a civilização da Idade Média do que o movimento liderado pelos renascentistas.

Senhor Presidente, ilustres convidados, como político, representando a bancada majoritária desta Casa, de cunho essencialmente liberal, quero comentar, ainda, a origem da contribuição positiva da doutrina protestante para o pensamento político e para o comportamento social do nosso tempo.

A justificação pela fé, que é consentida, não é imposta, e da salvação da alma pela Graça de Jesus Cristo, único intermediário entre o homem e Deus, impôs, além da separação entre o Estado e a Igreja, a nítida consciência de que o homem, feito à imagem e semelhança de Deus, para atingir à plenitude de sua auto-expressão espiritual e material tem como condição necessária a de viver em liberdade.

Impõe-se, portanto, a preservação da integridade, ou melhor, da inteireza do ser humano para que ele possa edificar a sua dimensão espiritual pela fé, e desenvolver a sua dimensão física e material de forma a tornar-se equilibrado e harmônico, o que vale dizer: em paz.

Assim ele é capaz, como pessoa, a nível das relações no mundo temporal, de assumir um comportamento segundo a ética e os valores Cristãos, contribuindo política, econômica, social e culturalmente para a consecução do ideal do bem-estar social.

No Brasil, a semente da doutrina de Lutero encontra campo fértil para germinar e desenvolver. Faz pouco mais de um século que os primeiros missionários protestantes chegaram ao nosso país e, já hoje, a comunidade evangélica brasileira, congregada em milhares de Igrejas sob diversas denominações, alcança 20% da população e cresce a uma taxa superior a 6% a.a., segundo as primeiras projeções do censo em curso.

E pouco divulgada, e nem sempre quando é conhecida chega a ser reconhecida, a grande contribuição do povo evangélico à sociedade brasileira, não apenas no campo do comportamento ético e moral mas no desenvolvimento da cidadania, através de incontáveis instituições educacionais, centenas de entidades filantrópicas de assistência social — orfanatos, creches, asilos, centros de recuperação de viciados etc. — além da educação informal nas Igrejas.

E justa e merecida esta homenagem, e tantas quantas possam ser prestadas à memória de Martinho Lutero, e o Bloco Parlamentar, impregnado de liberalismo, ao saudar a sua figura e o seu significado histórico evidencia, como denominador comum, a liberdade.

Martinho Lutero, teólogo, filósofo e literato, foi antes e acima de tudo um crente em Jesus Cristo como único e suficiente Salvador. Muito obrigado.

ATUAÇÃO LEGISLATIVA

O Poder Legislativo tem como função inerente à sua instituição a principal delas, que é fazer as leis que organizam a estrutura e funcionamento do Estado, regulamentam as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e disciplinam o comportamento da sociedade e do cidadão. O deputado é, basicamente, um legislador que participa do processo legislativo como autor de projetos de lei, como relator de projetos de lei, como votante nas sessões plenárias, quando pode manifestar-se contra, a favor, ou abster-se na votação de um projeto de lei. Nesse processo o deputado participa intensamente nas comissões técnicas e especiais no curso da elaboração do texto do projeto de lei, através de discussões, debates e emendas.

— Participação em comissões

— Membro titular e Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

— Membro Suplente da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

— Membro Titular da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o exterminio de crianças e adolescentes no Brasil.

— Membro Titular da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o atraso científico e tecnológico no País.

— Projetos de lei apresentados

— Nº 5.675, de 1990 — dispõe sobre a vinculação dos preços dos aluguéis de imóveis residenciais ao valor que é atribuído ao imóvel, para fins de arrecadação de Imposto Predial.

— Nº 3.812, de 1989 — dispõe sobre a gratuidade do transporte urbano coletivo aos maiores de 65 anos em reuniões caracterizadas por efetiva conurbação, isto é, cidades contíguas.

— Nº 5.674-A, de 1990 — dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição da frase “Deus seja louvado” no papel moeda e na moeda metálica em circulação.

— Nº 1.057, de 1991 — dispõe sobre a possibilidade de retificar o prenome do cidadão quando houver evidente erro gráfico, ou mudá-lo, uma única vez, mediante sentença judicial.

— Nº 250, de 1991 — dispõe sobre a instituição do Código Brasileiro de Preservação do Equilíbrio Ecológico e Ambiental.

— Projetos de lei relatados

— PL nº 5.996/90 (do Senado Federal) — Dispõe sobre prazo para concessão para exploração de serviços públicos de telecomunicações, relativo ao art. 66 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias.

— Substitutivo ao PL nº 1.224/88 — De autoria do Deputado Adroaldo Streck — Dispõe sobre a instalação de sistema de antenas por titulares de licença de estação de radioamador e dá outras providências.

— Mensagem nº 225/90 (do Poder Executivo) — outorga permissão ao Sistema de Comunicações Valter Alencar Ltda., para explorar serviços de radiodifusão na cidade de Teresina/PI.

— PDL nº 367-B/90 (Substitutivo do Senado Federal ao PDL nº 57/91)

— Aprova ato que outorga permissão à Rádio Chão Goiano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Anápolis—GO.

— PDL nº 357-B/90 (Substitutivo do Senado ao PDL nº 50/91) — Aprova ato que outorga permissão à Fundação Cultural Celinalta para explorar serviço de radiodifusão em Pato Branco — PR.

— Mensagem nº 195/90 (do Poder Executivo) — Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos na cidade de Jaguariúna — SP.

— PL nº 1.120/1988 — Acrescenta alínea ao art. 53 da Lei nº 4.177 de 12-8-62 (Código Brasileiro de Comunicações), proibindo a propaganda de medicamentos através do Rádio e da Televisão, nos termos que especifica.

— Mensagem nº 227/90 (do Poder Executivo) — Aprova o ato que outorga permissão a Difusora Stéreo Cândido Mota para explorar

serviço de radiodifusão na cidade de Cândido Mota — SP.

— Mensagem nº 851/89 (do Poder Executivo — 1990) — Outorga permissão à Sociedade Trindadense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM na cidade de Trindade — GO.

— PL nº 853/91 — Dispõe sobre franquia postal para a correspondência enviada a membros do Congresso Nacional. Parecer contrário.

— Solicitações ao Executivo

— Ofício enviado Exm^o Senhor Presidente da República a quem compete determinar a inscrição da frase “Deus seja louvado” na moeda nacional.

Senhor Presidente,

Inicialmente permita-me saldar Vossa Excelência com afirmação de minha certeza de que com a austeridade e firmeza sempre presentes nas medidas adotadas pelo Governo haveremos de superar todos os obstáculos que se interpõem entre a Nação brasileira e o seu bem-estar social.

Minha esperança fundamenta-se, também, na fé em Deus que Vossa Excelência em tantas oportunidades tem demonstrado possuir e que sempre haverá de inspirá-lo nos momentos de dificuldades, estimulando-me, também, a fazer a presente solicitação.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o governo anterior havia autorizado a inscrição da frase “Deus seja louvado” no papel moeda em circulação, prática suspensa pelo “Plano Collor” sob alegação da equipe econômica de que não havia lei que obrigasse a inscrição.

Com o objetivo de criar o amparo legal pleiteado, elaborei o Projeto de Lei nº 5.674/90, o qual foi rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados sob fundamentação do relator de que se tratava de matéria de competência do Poder Executivo conforme exarado no art. 49, inciso IV da Lei nº 4.595/64, atualizada, que dispõe sobre as instituições monetárias, bancárias e creditícias, nos seguintes termos:

“Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

IV — Determinar as características gerais das cédulas e das moedas.”

Senhor Presidente, o Brasil tem sua história, desde o descobrimento, marcada pela aceitação da soberania do Criador nas decisões de uma nação que de geração em geração tem aprendido a temer a Deus como Senhor, conforme reiterado no preâmbulo da Constituição vigente e ratificado com a presença da Bíblia na Mesa da Câmara dos Deputados e na invocação da proteção de Deus na abertura dos trabalhos de cada Sessão da mesma.

Por essas razões, entre tantas outras que poderiam ser enumeradas, venho apelar a Vossa Excelência para que o Conselho Monetário Nacional seja instruído, com base na legislação citada, no sentido de inscrever em uma das faces do papel-moeda e da moeda metálica a frase “Deus seja louvado”.

Ciente da atenção que Vossa Excelência dispensará ao presente pleito, que por certo não é apenas meu mas do segmento majoritário do povo brasileiro, reafirmo minha admiração e meu apreço.

Cordialmente,

— Ofício enviado ao Secretário Nacional de Comunicações solicitando autorização para instalação, em caráter experimental de uma emissora de baixa potência comunitária no Município de Queimados — RJ.

Senhor Secretário,

Conforme os entendimentos que tenho mantido com Vossa Senhoria, venho formalizar o pleito do Município de Queimados — RJ, com respeito à autorização para funcionamento de uma emissora comunitária em FM.

O assunto está sendo encaminhado pelas lideranças da comunidade com o apoio de todos os segmentos da população, ratificando com o abaixo-assinado em anexo, o que traduz o legítimo interesse e cria uma oportunidade de aprofundamento no estudo e avaliação do uso em nosso País de emissoras de radiodifusão de baixa potência.

A radiodifusão comunitária, que em outros países vem se constituindo em alternativa para mídia eletrônica convencional, capaz de resgatar os valores reais das comunidades onde operam, já encontra indiscutível suporte nas bases organizadas da sociedade brasileira, como demonstram os diferentes movimentos pela democratização do acesso aos meios de comunicação.

Entendo, Senhor Secretário, que sendo o espectro das frequências radioelétricas um bem público, os mesmos argumentos que con-

duzem a permanente busca de democratização do acesso aos serviços de telecomunicações (postos de serviço, telefones públicos, telefones semipúblicos, telefones comunitários, centrais comunitárias etc.) servem para justificar, numa postura de coerência, a autorização, dentro de regras estabelecidas, do funcionamento de emissoras de radiodifusão em baixa potência.

Entendo, também, que o momento de desregulamentação que vivemos deve contemplar esse espaço de tanta importância para as comunidades que hoje estão condenadas a meros objetos da tecnologia de mídia e dos interesses comerciais que a suportam, desfigurando seus traços culturais e frustrando suas vocações de auto-expressão artística e social.

Por essas razões, entre tantas que poderiam ser enumeradas, venho formalizar o pleito de Queimados — RJ, dentro das seguintes sugestões:

— Estabelecer no Município em pauta um projeto piloto, em caráter precário e por prazo determinado, para pesquisa sobre a operação de uma emissora de FM em baixa potência.

— Adotar como parâmetros iniciais do projeto piloto, entre outros:

— precariedade de autorização;

— frequência adotada e potência máxima/contorno de cobertura;

— caráter não comercial da entidade responsável;

— abertura para todos os segmentos da comunidade;

— proibição da propaganda comercial e política;

— compromissos com a preservação dos valores morais e dos bons costumes;

— não-violação de direitos autorais;

— compromisso com a realização de pesquisas e avaliações de resultados segundo orientação da Secretaria Nacional de Comunicações;

— proibição de retransmissão de programas de outras emissoras;

— estreita colaboração com os órgãos do poder concedente.

— Concluir ao término do período de experiência, com dados práticos para o estabelecimento das normas reguladoras.

Resumidamente são essas as sugestões que faço a Vossa Senhoria

com a solicitação de que a Rádio Club de Queimados, estatuto em anexo, seja a entidade encarregada de implantar o projeto piloto sugerido.

Ciente da sensibilidade já demonstrada por Vossa Senhoria, reafirmo meus votos de amizade, admiração e apreço.

Atenciosamente,

ATIVIDADES NO ESTADO

Entendo que a atividade parlamentar embora seja exercida, prioritariamente, no Congresso Nacional, não pode prescindir de uma atenção permanente às bases responsáveis pelo mandato.

Com esse procedimento alguns objetivos principais são alcançados no desempenho político:

— a assistência direta ao cidadão e às entidades na busca do atendimento de suas necessidades e anseios;

— a permanente prestação de contas do representante do povo aos seus eleitores e correligionários;

— a captação de sugestões para a formulação de projetos de lei e de medidas políticas de interesse;

— e a compreensão da realidade social, econômica e cultural do povo, evitando, pela intimidade com os problemas, que o deputado, isolado em Brasília, passe a agir em um mundo de fantasia completamente fora da realidade.

Para mim esses objetivos, entre outros correlatos, são tão importantes quanto as atividades parlamentares.

Procuro atingi-los através de uma estrutura organizada no Rio de Janeiro e de atividades que me mantêm em permanente contato com as bases da sociedade carioca e fluminense, a saber:

Escritório Comunitário — desde a minha primeira campanha para Deputado, mantenho um escritório comunitário no Estado, através do qual as pessoas podem fazer contato comigo, embora isso não seja necessário, para serem atendidas e encaminharem seus assuntos, pois a equipe operacional é treinada e trabalha com amor à causa. O escritório mantém contato direto com as autoridades e instituições, federais, estaduais e municipais, para encaminhar os pleitos de quem nos procura. Dezenas de pessoas

são atendidas diariamente, com as quais é mantido contato permanente até a conclusão dos respectivos processos.

— Centro de Orientação Comunitária — é uma entidade filantrópica que presido, a qual tem como objetivo a orientação gratuita a pessoas e entidades comprovadamente carentes. Funciona com advogados e estagiários da área jurídica como agentes junto aos órgãos responsáveis pela solução dos problemas apresentados, principalmente, para o exercício de direitos líquidos e certos.

— Grupo de Assessoramento das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — GAAMERJ, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, independente e apartidária, que mantém estreito relacionamento com o escritório para encaminhar pleitos comunitários.

— Programas de Rádio e de Televisão — procuro manter programas na mídia eletrônica com o objetivo de esclarecer o público sobre seus direitos e obrigações e ao mesmo tempo manter uma interação mais íntima com as bases da sociedade, complementada por boletins informativos, malas diretas e outros mecanismos.

Escritório Comunitário
Rua da Quitanda, nº 3-Gr. 810
Centro — Rio de Janeiro—RJ.
CEP. 20011

Gabinete
Anexo IX, Gab. 917
Brasília — DF CEP 70160

DADOS PESSOAIS

AROLDE DE OLIVEIRA **DEPUTADO FEDERAL – PFL – RJ**

– Formação Profissional:

- Engenheiro em Eletrônica – Especializado em Telecomunicações – IME
- Economista – FCPE – RJ
- Extensão Universitária em Engenharia Econômica, Matemática e Mecânica Quântica.
- Curso da Escola Superior de Guerra – ESG

– Experiência Funcional:

- Professor Universitário
- Membro do Conselho Deliberativo da Sudam
- Membro do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI
- Engenheiro de Projetos – Embratel
- Superintendente da Embratel
- Diretor de Desenvolvimento da Embratel
- Diretor do Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL
- Secretário dos Serviços de Telecomunicações – SG/MC
- Vice-Presidente da Telerj
- Governador da INTELSAT – International Telecommunication Satellite Organization – USA
- Atual Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELECOM

– Atuação Política:

- Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Assembléia Nacional Constituinte
- Vice-Líder do PFL na Constituinte
- Atual Vice-Presidente da Comissão Técnica de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
- Atual Vice-Presidente da Diretoria Executiva do Diretório Regional do PFL no Rio de Janeiro

